

# **Competitividade internacional, dinamismo da demanda mundial e programação de investimentos: completando-se um círculo virtuoso no Nordeste?**

**Ana Maria Fontenele  
Maria Cristina P. de Melo\***

## **1. Introdução**

Trabalhos recentes sobre competitividade de setores exportadores nordestinos inferem *status* de competitividade pelo desempenho no comércio exterior da Região tomando como base indicadores de vantagens comparativas reveladas e a configuração dos destinos das exportações e origens das importações dos produtos desses setores. De um modo geral, os países de origem/destino são agrupados pelos blocos econômicos de integração regional buscando delinear o perfil do dinamismo da demanda internacional por estes produtos. Por outro lado, um estudo recente da CNI (1998) sobre desempenho exportador da indústria brasileira no período 89-95, elaborado para definir elementos para formação de estratégia exportadora, leva em conta para a análise da competitividade e dinamismo dos setores industriais, que os países membros da OCDE representam cerca de 72% das importações mundiais. Sendo assim, nada mais adequado existiria que considerar o dinamismo dessa demanda na inferência de competitividade internacional para a indústria.

Baseados nesses resultados recentes, este trabalho busca relacioná-los para identificar, pelo grau de dinamismo da demanda dos países da OCDE, os setores industriais nordestinos que despontam dentro do conjunto determinado para a indústria brasileira. A partir desta identificação, traça-se a ambiência externa que acolhe o desempenho recente da Região Nordeste no que diz respeito à evolução, na primeira metade dos anos 90, do nível de atividade econômica medida pelo crescimento dos PIBs estaduais (e do peso da indústria em sua estrutura) além das conseqüências desse movimento no desenvolvimento humano da Região. Delineados estes aspectos da ótica de capacitação da dimensão sistêmica da competitividade, fazemos um cruzamento com a programação de investimentos por setores nos estados em busca do fechamento de um hipotético círculo virtuoso que pode ligar os setores já competitivos com o reforço a estes pela programação dos investimentos destinados para a Região.

## 2. Aspectos conceituais e metodológicos

A identificação dos setores será feita a partir de conclusões de trabalhos anteriores e da taxonomia proposta pela CNI (1998) que baseia suas conclusões sobre o grau de dinamismo de setores industriais nos seguintes indicadores:

. **Contribuição Setorial de Manufaturados (CSM):** Participação das importações de um setor  $i$  na importação total de manufaturados dos países membros da OCDE

. **Contribuição Total de Manufaturados (CTM):** Participação das exportações de um setor  $i$  na exportação total de manufaturados do país  $j$  para os países membros da OCDE

. **Participação no Mercado (PM):** Participação das exportações do setor  $i$  originadas no país  $j$  no total das importações do setor  $i$  pelos países da OCDE

A partir desses indicadores, o estudo referido classifica os setores exportadores em *dinâmicos* ( $\Delta CSM > 0$  entre 89-95) e *superdinâmicos* ( $\Delta CSM > 10\%$  entre 89-95). Considera *setores de maior demanda* aqueles cuja participação nas compras totais da OCDE foram superior a 0,5% no período e *país competitivo* no setor  $i$  como aquele país cuja participação no mercado do setor  $i$  tenha crescido em mais de 5% entre 1989-95. A metodologia adotada, considera, ainda, como *principais produtos exportados pelo Brasil* aqueles cuja participação nas exportações totais brasileiras para a OCDE foi superior a 0,5% no período considerado. Analisando ainda a composição da pauta de importações da OCDE, o estudo verificou que alguns setores não haviam sido classificados como *dinâmicos* no período 89-95; mas que pelo movimento da última metade do período (92-95), revelava um dinamismo prospectivo.

Desses dois conjuntos descritos utilizaremos aquele subconjunto em que o Brasil possuía vantagem comparativa revelada ( $VCR > 1$ ) em 1995. Esse corte torna-se necessário uma vez que pretendemos relacionar os resultados da CNI com aqueles sobre a competitividade dos setores exportadores nordestinos. Sendo assim, uma vez que a identificação do *status* de competitividade para os setores do Nordeste foi feita tendo em vista indicadores de vantagem comparativa revelada, nossa seleção aqui também deve ser referendada por indicadores que traduzam conceitos similares.

Para o período 1992-1995, a identificação dos setores com base no dinamismo da demanda da OCDE originou outra classificação feita pela CNI que adotaremos aqui, ou seja: *Estrelas nascentes* denominação atribuída aos setores manufaturados

brasileiros que, entre 1992-1995, apresentaram variação positiva da **CSM** e da participação de mercado. *Oportunidades perdidas* denominação atribuída ao comportamento dos setores manufaturados brasileiros que, entre 1992-1995, apresentaram aumento da demanda da OCDE e o Brasil possuía vantagem comparativa revelada quando comparado aos demais países exportadores em 1995 (CNI, 1998).

A utilização da dinâmica da demanda da OCDE como referência para a análise de competitividade de setores industriais é validada tanto por sua determinante participação nas importações mundiais como (o que faz parte das mesmas razões) pelas características dos tipos de produtos que o Brasil para esses países exporta. Em sua maioria, são *commodities* onde existe também a prevalência de empresas competitivas (HAGUENAUER, *et alli*, 1996). Nesse sentido, referendamos aqui os resultados de que “*as exportações brasileiras ainda dependem de produtos de processamento industrial básico, que são muito suscetíveis à evolução da economia internacional...*” (*op. cit.*, p. 206). Aliado ao fato de que os países da OCDE como cliente desses produtos, forcem uma *boa* performance das empresas produtoras desse grupo de produtos.

O conceito de competitividade que buscamos através da apresentação do enquadramento da Região Nordeste que sugere a ambiência externa aos setores inicialmente identificados, refere-se ao de *competitividade sistêmica* ligado a fatores outros que não preços e que permite com que a Região possa manter uma posição sustentável no mercado (aqui, o internacional). Apresentamos então alguns dos *fatores sistêmicos* (mais precisamente, macroeconômicos, sociais e internacionais) geralmente utilizados para a investigação dessa competitividade (FERRAZ, KUPFER e HAGUENAUER, 1995).

De uma certa forma também tratamos a concepção de que a abertura comercial procedida na economia brasileira, no período aqui analisado, fornece argumentos para ganhos de bem-estar (maior diversidade de produtos) e de eficiência (acesso a insumos e bens de capital mais bem adaptados aos processos produtivos). Além disso, avaliamos a resposta sobre um espaço econômico (no caso, o Nordeste do Brasil representado pelos seus diferentes – e díspares - estados), de se considerar a exportação como variável promotora do desenvolvimento relacionando comércio internacional com políticas industriais e comerciais e crescimento econômico.

### 3. Setores industriais nordestinos: *status* de competitividade internacional *versus* dinamismo da demanda mundial

Os resultados da análise da CNI para o diagnóstico do dinamismo de setores em que o Brasil mostrou-se competitivo no período 1989-1995, estão resumidos no Quadro 1, com a situação dos indicadores utilizados para a classificação de *dinâmicos, superdinâmicos, maior demanda e principais produtos de exportação*.

A seleção que serve como base para classificar os setores como *estrelas nascentes* e onde ocorreram *oportunidades perdidas* estão resumidos no Quadro 2 abaixo.

Esses dois conjuntos de setores definem nosso universo para a análise da demanda prospectiva pelos setores exportadores nordestinos que se mostraram competitivos na primeira metade da década de 90.

Do conjunto de setores que o Brasil evidenciou vantagem comparativa revelada ( $VCR > 1$ ) em 1995, o Nordeste é um dos principais exportadores brasileiros de *Cobre* ( $VCR_{ne} = 9$ ) e este é um setor que mantém sua competitividade revelada pelo comércio exterior, no entanto o comportamento das importações da OCDE não o classifica como *dinâmico*, apesar de Estados Unidos (23%) e União Européia (22%) estarem entre suas principais regiões de destino. O Estado da Bahia é o único estado exportador dos produtos deste setor na Região. Um outro setor *dinâmico*, no período, é *Produtos químicos orgânicos*, onde o Nordeste apresenta um alto índice de vantagem comparativa com relação ao Brasil ( $VCR_{ne} = 5$ ). O desempenho desse setor aumenta e se torna *superdinâmico* na segunda metade do período considerado, apresentando também um crescimento da especialização relativa para o Nordeste. O Estado da Bahia exporta 85% do total das exportações nordestinas e o principal destino é a OCDE.

**Quadro 1**  
**Setores Dinâmicos de Maior Demanda e Principais Exportadores em que o Brasil Mostrou-se Competitivo (1989-1995)**

Setores	Classificação		
	$\Delta CSM > 0$ (D) (a) $\Delta CSM > 10$ (SD)	$M_{iocde}/M_{totocde} > 0,5$ (b)	$X_{ibr}/X_{tot} > 0,5$ (c)
1. Álcoois, fenóis e fenóis álcoois	D ( $VCR > 1$ )		D
2. Pigmentos, tintas, vernizes e matérias etc.	D		
3. Sabões e preparados para limpeza	SD		
4. Outras resinas e matérias plásticas	D		
5. Matérias de borracha	D ( $VCR > 1$ )		

6. Madeira	<b>D</b>		<b>D</b>
7. Produtos de Madeira	<b>SD (VCR&gt;1)</b>		
8. Peças forjadas de ferro e aço	<b>D</b>		
9. Diversos metais não ferrosos	<b>SD</b>		
10. Máquinas elétricas rotativas	<b>D (VCR&gt;1)</b>		
11. Bombas, motobombas e turbobombas	<b>D (VCR&gt;1)</b>		<b>D</b>
12. Bombas outras que aquelas para líquidos	<b>D (VCR&gt;1)</b>	<b>D</b>	<b>D</b>
13. Partes e acessórios de máquinas não elétricas	<b>D</b>	<b>D</b>	<b>D</b>
14. Móveis, partes e peças	<b>D (VCR&gt;1)</b>	<b>D</b>	<b>D</b>
15. Medidores e contadores	<b>SD</b>		
16. Material fixo e de escritório	<b>D</b>		
17. Instrumentos musicais, partes e acessórios	<b>D</b>	<b>D</b>	
18. Pneumáticos		<b>D (VCR&gt;1)</b>	<b>D</b>
19. Cobre		<b>D (VCR&gt;1)</b>	
20. Alumínio		<b>D (VCR&gt;1)</b>	<b>D</b>
21. Outras máquinas e equipamentos especializados		<b>D</b>	
22. Instrumentos e aparatos de medição, testes.		<b>D</b>	

Fonte: CNI, PEC, 1998. Elaboração Própria.

Onde:  $\Delta CSM$  é a variação da CSM;  $M_{iOCDE}$  são as importações pela OCDE de produtos do setor  $i$ .  $M_{tot}$  são as importações totais da OCDE;  $X_{ibr}$  são as exportações brasileiras de  $i$ ,  $X_{totbr}$  são as exportações totais do Brasil. VCR é o indicador de vantagem comparativa revelada. D é setor dinâmico e SD, superdinâmico (a) dinâmicos e superdinâmicos, (b) produtos de maior demanda e (c) principais produtos de exportação.

Algumas *estrelas nascentes* despontam no Nordeste: a) o *setor Alumínio* ( $VCR_{ne} = 3,6$ ) apresenta demanda superdinâmica na OCDE e a principal Região de destino das exportações de produtos deste setor do Nordeste é o Japão, salientando que o Maranhão é responsável por 95% das exportações regionais de *Alumínio*; b) *Produtos químicos inorgânicos* possui  $VCR_{ne} = 2,6$  em 1995, no entanto, o Brasil não se mostrou competitivo em todo o período considerado apesar do dinamismo revelado pela demanda da OCDE; o fato do Nordeste possuir uma especialização relativa ao Brasil neste setor, torna-o importante para o comércio exterior da Região; o estado do Maranhão é responsável por 60% das exportações nordestinas desse setor, a Bahia por 29% e Alagoas por 10%, com o Mercosul revelando-se como a principal região de destino deste setor porém com uma parcela representativa da demanda dos países da OCDE; c) *Peles e couros* ( $VCR_{ne} = 1,6$ ) tem variação da CSM de 3% e o Brasil mostra-se competitivo de 92 para 95 com crescimento da participação de mercado em 7,9%. Os produtos deste setor são exportados por sete entre nove estados nordestinos, e mantém seu grau de competitividade na Região na primeira metade dos anos 90 onde os principais estados exportadores são Bahia (33%), Piauí (21%), Pernambuco, Rio Grande do Norte (13%) e Ceará (11%); a principal Região de destino desse setor é a União Européia.

## Quadro 2

### Setores Dinâmicos em 1992-1995 onde o Brasil tem $VCR > 1$ em 1995

Setores	Classificação	
	$\Delta\text{CSM} > 0$ (D) $\Delta\text{CSM} > 10$ (SD)	Competitivo
1. Alumínio	SD	D
2. Hidrocarbonetos e seus derivados halogenados	D	
3. Elementos químicos inorgânicos	D	
4. Óleos Essenciais Perfumes e aromatizantes	D	D
5. Couro	D	D
6. Chapa universal e chapas de ferro e aço	D	D
7. Máquinas, equipamentos para engenharia civil	D	D
8. Partes e peças de veículos automotores	D	
9. Artigos confeccionados de matéria têxtil	D	
10. Ferro fundido, spiegel, esponjoso, pó	SD	
11. Lingotes e outras formas de aço e ferro	SD	
12. Barras de perfilados de ferro e aço	D	
13. motores de combustão interna	D	
14. Peças e Aparelhos receptores de rádio difusão	D	

Fonte: CNI, PEC, 1998. Elaboração Própria.

Do grupo de setores onde *oportunidades* foram *perdidas* para o Brasil, chamamos atenção para o setor exportador (e *tradicional*) nordestino: *Artigos confeccionados de matéria têxtil* (Capítulos 61 e 62 da NBM com  $\text{VCR}_{\text{ne}} = 1,5$  e  $0,9$ , respectivamente), setores estes que o Brasil perde mercado dentro da OCDE no período 92-95, apesar de possuir vantagem comparativa revelada quando comparada aos demais países exportadores. O Estado de Pernambuco é responsável por 92% das exportações regionais de *Vestuário e seus acessórios de tecidos* (capítulo 61) destinado, em sua maioria, para a União Européia; Ceará (56%) e Piauí (35%) são os principais exportadores de *Outros artigos de confecção de tecidos* (capítulo 62), que se destinam, principalmente para os Estados Unidos. Neste grupo de produtos, ainda salientamos que os estados de Sergipe, Paraíba e Ceará são os principais responsáveis pelas exportações nordestinas de confecções de *cama e mesa* (capítulo 63).

Consideramos importante destacar um outro grupo de produtos manufaturados, considerados dinâmicos para a OCDE no período 92-95 os quais o Brasil não apresenta vantagem comparativa revelada com relação aos demais países exportadores, mas que a Região Nordeste apresentou um alto índice de especialização relativa ao país como um todo no período referido. *Sabões, ceras artificiais, etc* que permanece competitivo pelos indicadores de competitividade revelada da Região Nordeste com  $\text{VCR}_{\text{ne}} = 2$  e cuja demanda na OCDE aumentou em torno de 6% no período; a Bahia é responsável por 100% das exportações que vão principalmente para o Mercosul e em segundo lugar para os Estados Unidos, vislumbrando-se a possibilidade de ampliação da participação para esse último destino. A demanda da

OCDE para o setor *Pérolas naturais e sintéticas* cresceu 5,5% no período, com a Região Nordeste apresentando  $VCR_{ne} = 1,7$  em 1995, além de evidenciar ganho de competitividade na primeira metade da década de 90; o estado da Bahia responde por 100% das exportações regionais que se destinam em sua totalidade para os Estados Unidos.

Dessa apresentação, podemos identificar com mais clareza e dentro do universo de dinamismo fornecido pelo comportamento da demanda da OCDE no período 89-95, amplitudes diferentes para prováveis políticas de estímulos às exportações de manufaturados no Nordeste. Com dimensão regional, poderia ser estimulado o setor *Peles e couros*, mais especificamente nos Estados da Bahia, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Uma vez que mais de 77% das exportações deste setor destinou-se à União Européia em 1996, estratégias exportadoras deveriam portanto, ser definidas tomando por base esse fato. Uma outra política também de alcance regional diz respeito àquelas destinadas aos *Produtos confeccionados de matéria têxtil*, localizados mais precisamente nos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Paraíba. Os produtos desse setor são destinados, na sua maioria, para a União Européia e Estados Unidos cujo dinamismo da demanda devem ser considerados quando da definição de políticas industriais. O setor produtor de *Produtos químicos inorgânicos* está concentrado nos estados de Maranhão, Bahia e Alagoas e países da OCDE participam com uma parcela representativa da demanda por esses produtos cujo desempenho regional está claramente posto pelas especificidades dos estados exportadores. Estados Unidos, Canadá e México absorvem 23% das exportações Nordestinas do setor, mas os países do Mercosul (mais precisamente a Argentina) ainda são os principais importadores da Região.

Além de prováveis políticas regionais destinadas aos setores acima, salienta-se a indicação de políticas específicas para os estados da Bahia e Maranhão. Por nossa seleção, o estado da Bahia está presente nos três grupos aqui apresentados ou seja setores *dinâmicos* (*Cobre e Produtos químicos orgânicos*), *estrelas nascentes* (*Produtos químicos inorgânicos e Peles e couros*) e onde ocorreram *oportunidades perdidas* (*Sabões e ceras e Pérolas naturais e sintéticas*). Para o estado do Maranhão, deve ser dada uma especial atenção ao setor exportador *Alumínio* (*estrela nascente*), considerado aqui *superdinâmico*.

### **3. Caracterização das conseqüências gerais do crescimento/desenvolvimento**

## **econômico do Nordeste: uma análise a partir da estrutura produtiva, das desigualdades e do desenvolvimento humano dos Estados da Região**

Partindo-se do princípio de que políticas de desenvolvimento local/regional, baseadas em seleção de variáveis dinâmicas de crescimento (aqui elegida a exportação de manufaturados), só surtirão resultados positivos se houver base macroeconômica capaz de acolhê-las e efetivar seus prováveis efeitos multiplicadores, faremos nesta seção, a apresentação dos estados nordestinos tendo em vista os condicionantes citados. De forma mais específica, apresentaremos alguns aspectos fundamentais da dimensão sistêmica da competitividade dos estados da Região, indicando um provável círculo virtuoso da dinâmica produtiva cuja hipótese pode ser referendada (ou negada) quando da observação dos investimentos programados para os setores de produção nos estados referidos.

Considerando a evolução do Produto Interno Bruto de 1991 a 1996 (a preços de 1996) a Região Nordeste experimentou uma variação da ordem de 10,6% ocupando a quarta posição dentre as grandes regiões brasileiras, crescimento esse, no entanto, abaixo do observado para o Brasil como um todo (15,9%). Como consequência, essa Região representava, em 1991, 14,7% do PIB brasileiro, participação esta que se reduz para 14% em 1996. Dos estados nordestinos, apenas Maranhão e Piauí estão entre os dez estados brasileiros que mais cresceram no período e quatro deles – Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe - obtiveram a menor variação deste indicador dentre os estados do Brasil, salientando variação negativa para este último estado. Maranhão, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará experimentaram crescimento acima da taxa regional.

Com relação à distribuição setorial do PIB nordestino, evidencia-se que serviços constitui-se no principal setor de produção, registrando inclusive um aumento de 4,36% na participação deste setor nos dois extremos do período. A indústria nordestina foi a que mais perdeu em participação (-5,6%) seguida da Região Norte (-1,53%).

Levando-se em conta o crescimento real da indústria nesse período, a Região Nordeste é a última colocada no *ranking* das grandes regiões brasileiras, registrando uma variação de 4,4% no total da indústria, valor esse bem abaixo do registrado para o Brasil (15,5%). A indústria do Piauí foi a que mais cresceu dentre os Estados brasileiros, ressalta-se, no entanto, a insignificância da indústria desse Estado (6,5%



da indústria baiana e pouco mais de um quinto da indústria cearense em 1996), pode explicar a não repercussão no crescimento da Região como um todo quando comparada com as demais regiões.

Os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia e Paraíba cresceram mais que a Região no seu conjunto, o estado do Ceará teve um crescimento relativamente baixo mas ainda positivo enquanto Pernambuco, Alagoas e Sergipe tiveram variação negativa. O baixo desempenho do estado do Ceará deve-se ao fato de se comparar 1991 com 1996, visto que este estado, em 1991, apresentou um crescimento real da indústria de 18,6%, maior crescimento dentre os estados da Região, enquanto que Piauí e Maranhão apresentaram crescimento negativo no primeiro ano do período (-28,1% e -17,2%, respectivamente), explicando assim as elevadas variações para esses estados quando se compara a 1996. O ano de 1994 expressa crescimento real positivo da indústria para a grande maioria dos estados nordestinos excetuando-se Pernambuco (-1,6%) e Bahia (-4,3%) que durante todo o período se constituem nos mais importantes estados industriais da Região. Torna-se interessante observar que a queda real da indústria baiana e pernambucana, nesse mesmo ano, são suficientes para levar o Nordeste a crescer apenas 4,6%, enquanto estados de setores industriais bem menos expressivos, experimentaram elevadas taxas de crescimento industrial.

Quanto às participações dos PIB dos estados nordestinos no PIB da Região, alguns comportamentos devem ser salientados durante o período 1991-1996. Ressalta-se então uma redução de 11,9% desse indicador para o estado de Sergipe; de 6,19% para o estado de Pernambuco; de 3,1% para o estado da Paraíba e de 2% para o estado de Alagoas. Os demais estados da Região apresentaram ganho na participação no PIB regional, destacando-se Maranhão e Piauí com aumento superior a 7,5%. Para referendar a forte disparidade entre os estados do nordeste, como consequência da forte queda na participação da indústria de Pernambuco, a Região como um todo perdeu 4,6% de sua participação no PIB brasileiro.

**Tabela 1**

**Regiões Brasileiras e Estados do Nordeste: Crescimento Real Anual da Indústria (1991-1996)**

REGIÕES/ESTADOS	CRESCIMENTO REAL DA INDÚSTRIA					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996
<b>BRASIL</b>	0,2%	-4,4%	6,8%	7,0%	1,9%	3,8%
<b>SUDESTE</b>	1,2%	-5,3%	4,7%	7,5%	4,4%	4,8%
<b>SUL</b>	-1,6%	-0,4%	11,9%	6,3%	-0,3%	4,2%

<b>CENTRO OESTE</b>	2,7%	-5,4%	14,5%	9,4%	-1,6%	5,0%
<b>NORTE</b>	-4,0%	-14,2%	13,1%	7,9%	3,7%	-0,6%
<b>NORDESTE</b>	-1,5%	-1,2%	5,9%	4,6%	-5,3%	0,7%
Maranhão	-17,2%	14,3%	-11,8%	6,5%	-5,9%	10,0%
Piauí	-28,1%	2,0%	44,5%	10,4%	-4,6%	15,9%
Ceará	18,6%	-0,3%	-0,6%	3,2%	-2,0%	0,3%
Rio Grande do Norte	5,1%	-4,5%	-2,8%	20,3%	3,8%	0,6%
Paraíba	-8,5%	-1,1%	-1,4%	18,1%	-8,8%	0,0%
Pernambuco	0,2%	-8,3%	4,3%	-1,6%	7,7%	-4,1%
Alagoas	4,3%	-9,3%	-4,6%	2,4%	2,2%	3,0%
Sergipe	-2,2%	-0,3%	-7,6%	41,4%	-32,2%	-12,4%
Bahia	-3,3%	-0,8%	18,1%	-4,3%	-5,5%	2,0%

Fonte: IPEA(1998), PIB por unidade da federação: valores correntes e constantes 1985/96

Os estados do Rio Grande do Norte e Sergipe constituem-se naqueles onde o setor indústria tem maior participação nos respectivos PIB (54,23% e 44,34%), ressaltando-se que o estado do Rio Grande do Norte possui a menor participação da agropecuária (4,7%) como também a menor do setor serviços (41,06%) seguido do estado de Sergipe (45,6%) em 1996. Esses estados são os detentores do maior nível de renda per capita na Região correspondendo a 132% (RN) e 166% (SE) da renda per capita do Nordeste que, por sua vez, representa apenas 48,2% do PIB per capita brasileiro.

A indústria da Bahia (38,5%) e do Maranhão (39,3%) representam mais de um terço de seus respectivos PIB e o setor serviços tem uma participação abaixo da verificada para a Região como um todo em 1996. Apesar de os estados referidos apresentarem uma distribuição do PIB aparentemente equilibrada, expõem uma substancial diversidade no que se refere, por exemplo, ao PIB per capita. Este indicador, para o Maranhão, representa 58,7% do PIB per capita baiano refletindo talvez as diferentes configurações industriais.

O setor serviços dos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba participam com mais de 60% do PIB desses estados e o estado de Alagoas com 58%. Pernambuco, quarto estado em renda per capita da Região Nordeste, expõe a maior participação do setor serviços (seguido da Paraíba) que é responsável por mais de 2/3 do PIB. Torna-se interessante salientar que tanto o Ceará como Alagoas, Piauí e Paraíba possuem renda per capita abaixo da observada para a Região Nordeste. Esse resultado reflete talvez a diversidade existente de graus de desenvolvimento dos setores serviços desses estados, denotando destaque para o estado de Pernambuco com esse setor sendo dos mais desenvolvidos da Região.

Com o fim de evidenciar mais fortemente as diferenças entre os Estados do Nordeste, elegemos os indicadores: a *posição da renda relativa* e a *orientação*

*industrial* que comparam as participações dos Estados na renda ( $y$ ) e na produção industrial ( $q$ ) da Região com as suas respectivas participações na população ( $p$ ), além do *consumo potencial* ( $C_{pot}$ ) medido pela participação do consumo do estado no consumo total do país em 1996.

No que se refere à participação da *renda relativa* observa-se que os Estados do Maranhão, Piauí, Paraíba e Alagoas possuem a pior performance entre os Estados nordestinos no período 1990-1995 com destaque para Maranhão e Piauí que são os últimos no *ranking* regional e mantiveram essa posição no referido período.

O estado do Ceará e do Rio Grande do Norte, apresentaram as melhores performances de 1990 a 1995 com destaque para o Estado do Ceará que ganhou três posições no *ranking* passando do valor do indicador inferior à unidade em 1990 para 1,08 em 1995. O estado do Rio Grande do Norte que já possuía um valor maior que a unidade, em 1990, é o primeiro do *ranking* regional em 1995 com valor de 1,15.

**Tabela 2**  
**Desigualdades Regionais (1990 – 1995)**

Estados	$y_i/p_i$ (1)		$q_i/p_i$ (2)		$C_{pot}(3)$
	1990	1995	1990	1995	1996
Maranhão	72,34	77,62	53,14	52,99	1,3
Piauí	71,61	72,18	61,81	62,02	0,8
Ceará	95,85	107,90	99,45	128,61	2,4
R. G. do Norte	105,27	115,10	147,28	167,26	1,0
Paraíba	84,26	90,34	81,53	108,42	1,1
Pernambuco	111,24	102,57	105,24	99,95	3,5
Alagoas	97,71	92,10	111,37	111,69	1,0
Sergipe	104,78	98,94	142,73	178,26	0,7
Bahia	116,22	110,82	112,58	84,09	4,8

Fonte: MONTEIRO NETO, Aristides (1998); Desigualdades Setoriais e Crescimento do PIB no Nordeste: Uma Análise do Período 1970/1995, Texto para Discussão nº 484.

GAZETA MERCANTIL, Atlas do Mercado Brasileiro, dezembro/1998

(1) onde  $y_i$  é a renda do estado  $i$  como proporção da renda da região e  $p_i$  é a população do estado  $i$  como proporção da população nordestina

(2) onde  $q_i$  é o produto industrial do estado  $i$  como proporção do produto da Região

(3) Participação do consumo do estado no consumo do país.

O estado da Bahia, a melhor performance em 1990 (1,16), perde posição para o estado do Rio Grande do Norte em 1995 (1,10). Por sua vez, o estado de Pernambuco perde posição no *ranking* passando de segundo colocado em 1990 para quarto em 1995, com a renda relativa caindo de 1,11 para 1,03 em 1995.

Pode-se corroborar os resultados acima com o indicador de *orientação industrial*. Neste sentido, o melhor movimento de performance é do Estado do Ceará que vai de um valor próximo de 1 em 1990 para 1,29 em 1995, seguido dos estados de

Sergipe e Rio Grande do Norte, que mantêm os dois primeiros lugares no *ranking* nos limites do período, passando de 1,47 para 1,67 e de 1,43 para 1,78 respectivamente.

Bahia e Pernambuco, com forte orientação industrial em 1990 (indicador superior a um), perdem tanto no valor do indicador (que chegam a se tornar inferior à unidade) como em posição no *ranking* dos estados nordestinos em 1995. Alagoas expressa uma forte orientação industrial nos dois extremos do período, permanecendo com o mesmo valor para o indicador (1,11) e a mesma posição no *ranking*. O estado da Paraíba também merece destaque, uma vez que saiu de um indicador de 0,8 em 1990 para 1,08 em 1995. As piores performances, em 1990 e 1995, com relação a esse indicador são dos estados do Maranhão (0,5 e 0,5) e Piauí (0,6 e 0,6) corroborando o resultado do indicador de renda relativa.

A Região Nordeste é a segunda Região em termos de potencial de consumo, responsável por 16,5% do total do país. Dentre os estados nordestinos a Bahia (4,8%) detém o maior potencial de consumo na Região, é o sexto no *ranking* nacional desse indicador, seguida pelo estado de Pernambuco (3,4%). Além desses dois estados, o estado do Ceará está entre os dez primeiros no *ranking* nacional (2,4%), quase o dobro do potencial de consumo do Estado do Maranhão (1,3%) e mais do dobro dos demais estados do Nordeste.

Apesar dessas mudanças de posição entre os estados do Nordeste, a Região como um todo é, sem sombra de dúvidas, a mais pobre do Brasil considerando-se qualquer dos indicadores econômicos e/ou sociais utilizados para esse fim. O PIB per capita do Nordeste representa menos da metade do PIB per capita brasileiro (48,2%) enquanto a Região Norte, segunda Região mais pobre do país, possui um PIB per capita que corresponde a 73,5% do brasileiro e as demais regiões detêm mais de 100% desse indicador. No entanto, reforçamos a diversidade de realidades quando se analisa, de forma particular, os estados que compõem a Região Nordeste. Por exemplo, o PIB per capita do estado do Piauí corresponde a 64,5% do PIB nordestino o que equivale ao menor PIB per capita do Brasil (31,3% desse valor). Vale ressaltar que no período 1990-1996 nenhuma mudança substancial é evidenciada no quadro de indicadores que exprime essa realidade.

Quando se analisa o coeficiente de GINI, constata-se que o Nordeste do Brasil apresenta os maiores valores e obteve a menor redução no período aqui analisado quando comparado às demais regiões brasileiras. Bahia, Alagoas, Pernambuco e Ceará constituem-se nos estados nordestinos com maior concentração de renda.

Dentre estes, Alagoas apresentou a maior variação positiva da concentração no período (14,8%) seguido do estado de Sergipe (7%) e do Maranhão (6%). O estado da Bahia não apresenta nenhuma variação desse indicador e os estados do Piauí e Paraíba reduzem o nível de concentração.

Ao se comparar entre as grandes regiões brasileiras através do IDH, a Região Nordeste mais uma vez apresenta-se como a Região de mais baixo desenvolvimento humano no país, com este índice representando em torno de 70% do IDH brasileiro em 1996. Esse resultado expressa, no entanto, uma leve melhora no período 1991-1996, passando de 0,56 em 1991 para 0,61 no final do período em análise. Esse resultado reflete-se para os estados no Nordeste que ocupam as piores posições no *ranking* nacional em 1991 e 1996 (exceção ao estado de Tocantins - 23º em 1991 e 1996 e o estado do Pará, 18º em 1996, perdendo posição para o Estado de Sergipe). Todos os estados do Nordeste apresentaram uma redução do *déficit* de desenvolvimento humano (1-IDH) neste período. Ver Tabela 3.

**Tabela 3**

**Comparações Regionais entre Indicadores de Desenvolvimento Humano**

REGIÕES/ESTADOS	IDH <sub>rbr</sub>		IDH <sub>rreg</sub>		Variação (1-IDH) %	GINI	
	1991	1996	1991	1996		1990	1996
<b>BRASIL</b>	100	100			19,91	0,58	0,58
<b>SUDESTE</b>	105,76	103,31			14,64	0,56	0,55
<b>SUL</b>	105,91	103,7			15,96	0,56	0,55
<b>CENTRO-OESTE</b>	103,84	102,24			16,86	0,59	0,58
<b>NORTE</b>	85,85	87,59			14,39	0,58	0,57
<b>NORDESTE</b>	70,79	73,27			11,43	0,61	0,60
Maranhão	62,16	66,00	87,81	90,08	11,4	0,54	0,57
Piauí	62,75	64,38	88,64	87,87	7,93	0,58	0,57
Ceará	68,29	71,19	96,47	97,15	11,46	0,59	0,60
R.G.do Norte	78,77	80,51	111,28	109,87	12,57	0,57	0,59
Paraíba	64,04	67,18	90,47	91,69	10,73	0,60	0,58
Pernambuco	74,95	74,12	105,88	101,16	6,07	0,58	0,60
Alagoas	64,33	64,92	90,88	88,59	6,50	0,54	0,62
Sergipe	83,21	88,17	117,55	120,33	22,15	0,56	0,60
Bahia	75,3	78,94	106,38	107,74	15,25	0,62	0,62

Fonte: PNUD/ IPEA/FJP/IBGE(1998), Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros IPEA, 1998. Perspectiva da Economia Brasileira.

Onde: IDH<sub>rbr</sub> = Índice de Desenvolvimento Humano como percentagem do valor para o Brasil.

IDH<sub>rre</sub> = Índice de Desenvolvimento Humano como percentagem do valor para a Região.

A posição relativa entre os estados nordestinos pode ser observada como se segue: Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas configuram-se como os estados de pior índice em 1991 e 1996 situando-se abaixo do índice para a Região. Neste período, no entanto, o Ceará experimentou uma redução do *déficit* de desenvolvimento humano de 11,5% seguido do Maranhão (11,4%), mesma redução para a Região como um todo.

O estado de Sergipe e do Rio Grande do Norte apresentam as melhores performances de desenvolvimento humano nos dois extremos do período, seguidos pelos estados da Bahia e Pernambuco. Há que se destacar, contudo, o desempenho do estado de Sergipe que apresentou uma redução do *déficit* de desenvolvimento humano de 22% durante o período considerado, seguido do estado da Bahia (15%) e do Rio Grande do Norte (12,6%).

Nenhum dos Estados Nordestinos é considerado de alto desenvolvimento humano pelos critérios das Nações Unidas. Os Estados do Maranhão e Piauí eram, em 1991, considerados de baixo desenvolvimento humano, ficando muito próximos desse limite os Estado da Paraíba, Alagoas e Ceará. Em 1996, Maranhão e Piauí recuperaram um pouco o *déficit* mas ainda se situam próximo do limite de baixo desenvolvimento humano junto com o Estado de Alagoas.

A análise do quadro macroeconômico para os Estados da Região Nordeste apenas confirmam que a Região é a mais pobre do Brasil e registra os piores indicadores de desenvolvimento humano. No entanto, a análise do movimento desses indicadores para os anos 90, mostra alguma diferenciação entre os Estados que formam a Região. No que se refere à contribuição dos setores para o PIB, observa-se uma correspondência entre a participação maior do setor indústria e o nível maior do IDH estadual.

Piauí, Alagoas, Maranhão e Paraíba configuram-se, sem sombra de dúvidas, nos estados mais pobres do Nordeste, quando se considera o PIB per capita e o IDH. Interessante observar que o Estado do Maranhão é o segundo maior exportador do Nordeste e possui uma das mais equilibradas participações dos setores de produção na geração do PIB. Este quadro macroeconômico apresentado para a Região Nordeste no seu conjunto e para seus Estados em particular, fornece-nos a capacidade - exposta pelos seus respectivos níveis de atividade e sua distribuição – de tais estados acolherem políticas de desenvolvimento regional/local fornecendo a ambiência externa aqui chamada de *fatores sistêmicos* decorrente do período da abertura comercial propriamente instalada no Brasil e da resposta de políticas anteriores de estímulo ao crescimento.

#### **4. Em Conclusão: demanda mundial, desenvolvimento regional e competitividade internacional: fechando um círculo virtuoso?**

Nossa análise para a competitividade internacional da indústria da Região Nordeste do Brasil partiu do dinamismo da demanda mundial por produtos industriais dos países da OCDE. Esse movimento gerou a classificação de setores que se revelaram *dinâmicos* no período 89-95 e de demanda com dinamismo prospectivo considerando a segunda metade desse período. Desse universo, foi delineado um grupo de setores competitivos para o Brasil e, dentro deste, extraímos aqueles em que a Região Nordeste se sobressai tendo em vista os indicadores internacionalmente utilizados para referendar a competitividade revelada para setores dentro de um espaço econômico. Destacamos que as exportações nordestinas de produtos daqueles setores considerados *dinâmicos*, ainda é bem mais restrita que a brasileira expondo o baixo desenvolvimento industrial da Região.

Dessa investigação identificamos para Nordeste, por um critério ou outro, os setores produtores de *Cobre, Produtos químicos orgânicos, Alumínio, Produtos químicos inorgânicos, Peles e couros, Artigos confeccionados de matéria têxtil, Sabões, ceras artificiais e Pérolas naturais e sintéticas*. Observamos que os setores industriais em que o Nordeste apresenta claramente vantagem em relação ao restante do país, dentro do quadro de dinamismo da demanda mundial, são sobretudo aqueles cujas performances são resultados da política industrial implementada na Região e impulsionada por investimentos públicos no período que antecedeu a abertura comercial propriamente dita. Esse fato pode ser evidenciado, por exemplo, através do desempenho internacional dos produtos advindos do pólo petroquímico de Camaçari, do complexo minero-metalúrgico do Maranhão e do pólo têxtil de Fortaleza. Essa política forçou algum redirecionamento da indústria nordestina de atividades tradicionais para as de bens intermediários (*commodities*) construindo, através desses investimentos, vantagens comparativas difíceis de ocorrerem sem a realização de tais inversões.

Este comportamento também é constatado pela concentração em poucos setores competitivos internacionalmente e com localização própria em alguns estados, mais precisamente os maiores exportadores da Região ou seja, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará que detêm juntos 92% dos investimentos programados para o Nordeste no período 1998-2003 fechando possivelmente um círculo virtuoso visto exclusivamente pelo ângulo do estímulo do comércio exterior levando ao incremento da atividade industrial.

Desses investimentos programados, são destinados mais da metade dos

recursos da Região Nordeste para o Estado da Bahia. O Ceará surge com o segundo lugar no *ranking* regional (20%) e, junto com a Bahia e Maranhão (10%), perfazem 84% dos investimentos programados para o Nordeste no período. Torna-se interessante enfatizar que pelo quadro macroeconômico aqui apresentado, Pernambuco vem perdendo posição dentro da Região e no que se refere à programação de investimentos, é o quarto em participação regional expondo uma menor atração entre os principais estados nordestinos.

Os principais setores de destino destes investimentos dependem claramente de projetos isolados, tendo em vista as especificidades estaduais. Interessante observar que, para os maiores estados da Região (Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão), *Serviços Públicos* constitui-se dos principais destinos destes investimentos, sendo o primeiro no *ranking* estadual para Ceará, Pernambuco e Maranhão. Para o estado da Bahia, *Serviços Públicos* e *Serviços Gerais* somam juntos praticamente a metade do total de investimentos programados. Adicionando-se a estes, o que se destina para *Química e Petroquímica* e *Madeira, Móveis e Papel*, esse total chega a 76%, setores estes revelados competitivos para a Região Nordeste e mostrando um ganho de competitividade. O setor madeira não foi discriminado em nossa análise pelo fato de a Região Nordeste não possuir vantagem comparativa com relação ao país, indicador que fornece nosso corte.

Para o Estado do Ceará, cabe destacar a programação de investimentos na área de *Química e Petroquímica* basicamente referindo-se à implantação de uma refinaria de petróleo e *Transporte e Armazenagem* associado ao complexo portuário do Pecém com o fim específico de incrementar as exportações. Salienta-se que os capítulos da NBM, que estariam na rubrica *Química e Petroquímica*, não foram ainda revelados para este Estado pelo desempenho do comércio exterior, uma vez que referido projeto ainda se encontra em estágio inicial de implantação.

Destaca-se para o Maranhão, os setores exportadores já considerados competitivos como dos principais destinos da programação de investimentos: *Madeira, Móveis e Papel, Têxteis e Couro, Mineração e Metalurgia* que somam 53% desse total.

Pernambuco apresenta uma reduzida pauta de setores industriais destinos da programação de investimentos. Observa-se, por exemplo, que *Serviços Públicos, Serviços Gerais* e *Transportes e Armazenagem* captam 73% dos recursos programados para investimentos no Nordeste, refletindo a especificidade do setor



serviços desse Estado, considerado dos mais desenvolvidos dentro da Região Nordeste.

Os setores industriais para os quais se destinam os investimentos do Rio Grande do Norte são praticamente irrelevantes, uma vez que *Química e Petroquímica* que ainda não foi revelado competitivo pelo comportamento do comércio exterior, detém 75% do total .

Os demais Estados do Nordeste possuem participação insignificante como destinos dos investimentos programados da Região, sem apresentarem maiores destaques. Os Estados mais pobres atraem menos investimentos haja vista por exemplo que Paraíba, Piauí e Alagoas praticamente não aparecem como destino destes. Ver Quadro que se segue.

Ao se aceitar a hipótese do desenvolvimento da indústria ser impulsionado pela abertura comercial e pelo dinamismo da demanda mundial, o citado círculo virtuoso não é completado, entre outros fatores, pelos próprios limites dos condicionantes macroeconômicos e sociais da região Nordeste que se expressam nos piores resultados de desenvolvimento social dentre as grandes regiões brasileiras. Nesse contexto, as deficiências inerentes à competitividade sistêmica da Região Nordeste no que se refere mais especificamente à capacitação de recursos humanos, infra-estrutura e ciência e tecnologia são dificilmente de serem superadas. Ao se apresentar o quadro social para os Estados essa conclusão fica claramente reforçada. No nosso entender , o rompimento desse real círculo vicioso que se fecha, somente se fará através de uma política agressiva de desenvolvimento regional sustentável que atinja os Estados nas suas especificidades macroeconômicas mas que fazem parte de um todo que representa os piores níveis de pobreza e concentração de renda do país. Sendo assim, qualquer estratégia social para o Nordeste do Brasil não pode deixar de privilegiar a redução dos níveis de desigualdade sociais e o ataque à pobreza ou, de outra forma, o que aparentemente surge como *virtuoso* será sempre revelado pelo seu contrário que acaba por inviabilizar possíveis efeitos de políticas que visem o crescimento.

### Quadro 3

### Investimentos Programados nos Estados do Nordeste por Setores Prioritários (1998-2003)

Setores	BA		CE		MA		PE		RN		SE
	rank	%	rank	%	rank	%	rank	%	rank	%	rank
Serviços Gerais	1	29%	4	12%	11	0%	2	26%	3	10%	
Serviços Públicos	2	20%	1	30%	1	36%	1	34%	2	13%	3
Química e Petroquímica	3	14%	2	21%	13	0%	8	2%	1	75%	4
Madeira, Móveis e Papel	4	13%			3	11%					
Alimentos	5	7%	10	1%	6	4%	4	6%	5	0%	1
Autopeças e Material de Transportes	6	5%	7	3%			18	0%			
Informática e Telecomunicações	7	3%	11	0%			17	0%			
Transpotes e armazenagem	8	2%	3	17%	7	3%	3	13%	4	2%	
Construção	9	1%	14	0%	12	0%	12	1%			
Plásticos e Borracha	10	1%					15	0%			
Têxtil e Couro	11	1%	8	1%			6	4%			
Metalurgia	12	1%	5	9%	5	7%	11	1%			2
Bebidas e Fumo	13	1%	6	4%	8	2%	5	4%			
Comércio Varejista	14	1%			9	1%					
Mineração	15	0%			4	11%					
Não Metálicos	16	0%					10	1%			
Mecânica	17	0%	9	1%	10	0%	13	1%			
Eletrônica	18	0%	12	0%			14	1%			
Farmacêuticos/Higiene	19	0%					7	3%			
Financeiro	20	0%									
Distribuidores de Veículos e Peças	21	0%					18	0%			
Comunicação	22	0%	15	0%			16	0%			
Comércio Atacadista	23	0%									
Madeira, Móveis e Papel			13	0%	2	24%	9	1%			
<b>Estado/Nordeste</b>	<b>1</b>	<b>54%</b>	<b>2</b>	<b>20%</b>	<b>3</b>	<b>10%</b>	<b>4</b>	<b>8%</b>	<b>5</b>	<b>6%</b>	<b>6</b>

Fonte: Gazeta Mercantil, Atlas do Mercado Brasileiro, 1998.

## 5. Bibliografia

- CNI (1998), Desempenho Exportador da Indústria Brasileira, Rio de Janeiro, CNI/PEC.
- CONSIDERA, Cláudio M. & MEDINA, Mérida H. (1998), PIB por unidade da Federação: Valores correntes e constantes – 1985/1996, Texto para discussão nº 610, Rio de Janeiro, IPEA.
- COUTINHO, L. e FERRAZ, J.C. (coord.) (1994): ECIB: Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas-SP: Papirus; Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- FERRAZ, J. C.; KUPFER, D e HAGUENAUER, L. (1995): Made in Brazil: Desafios Competitivos para a Indústria. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- FONTENELE, A. M. & MELO, M. C., (1998), *Efeitos da Abertura Comercial sobre o Setor Externo da Região Nordeste do Brasil: Especialização e Vantagem Comparativa Revelada*. In Anais da I Jornada Nacional de Economia Política. Vitória: SEP.
- FONTENELE, A. M., MELO, M. C & ROSA, A. L.,(1998) *Setores Exportadores da Região Nordeste: Uma Análise sob a Ótica da Competitividade Revelada* in Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia. Vitória: ANPEC.
- GAZETA MERCANTIL, (1998) Atlas do Mercado Brasileiro, São Paulo: Gazeta Mercantil.
- HAGUENAUER, L, FERRAZ, J. C. & KUPFER, D., (1996) *Competição e Internacionalização na Indústria Brasileira* in BAUMANN, R (org.) (1996),

- O Brasil e a Economia Global, Rio de Janeiro: Campus: SOBEET.
- HIDALGO, A. B.(1998), *Especialização e Competitividade do Nordeste no Mercado Internacional*. Revista Econômica do Nordeste, v29, N° Especial, pp. 491-515. Fortaleza: BNB.
- IPEA(1998), *Economia Brasileira em Perspectiva*, Rio de Janeiro, IPEA.
- IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IBGE/PNUD (1998), *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores brasileiros*, Brasília, IPEA.
- LAVINAS, L.; GARCIA, Eduardo H. & DO AMARAL, Marcelo R. (1997), *Desigualdades Regionais: Indicadores sócio econômicos nos anos 90*, Texto para discussão nº 460, Rio de Janeiro, IPEA.
- MAGALHÃES, A. R. (1983): Industrialização e Desenvolvimento Regional: a nova indústria do Nordeste. Brasília, IPEA/IPLAN (Série Estudos para o Planejamento N. 24).
- NONNEMBERG, Marcelo J.(1998) *Competitividade e Crescimento das Exportações Brasileiras*, Texto para discussão nº 578, Rio de Janeiro, IPEA.
- ROCHA,Sônia (1998), *Desigualde Regional e Pobreza no Brasil: a Evolução – 1981/95*, Texto para discussão nº 567, Rio de Janeiro, IPEA.
- SUDENE, Boletim Conjuntural, Recife, Nov., 1997.
- THORSTENSEN, V. et. al. (1994): *O Brasil Frente ao Mundo Dividido em Blocos*. Instituto Sul- Norte, Livraria Nobel.